

# A Reforma Universitária de 1968 e a atuação do Ministro da Educação Jarbas Passarinho

MARAÍSA INÊS DE ASSIS MARTINS  
RAQUEL CABRAL DE SOUSA LUCAS

**Resumo:** O artigo examinará as mudanças no sistema educacional superior brasileiro durante o período da Ditadura Militar, com foco na Reforma Universitária de 1968, que foi impulsionada pelo regime autoritário-conservador e modernizador da época. O estudo propõe analisar as ações do Ministro da Educação Jarbas Passarinho, que atuou entre os anos de 1969 a 1974, e teve uma ação substancial na implementação da Reforma a partir de 1970. Utilizando uma reportagem da Revista Veja de novembro de 1969 como fonte principal, o artigo buscará entender as percepções dos estudantes e professores sobre a Reforma e a realidade universitária daquele período, bem como a formulação de um dado discurso acerca de Jarbas Passarinho o qual, naquele contexto, tomava posse da chefia do Ministério da Educação. A análise é complementada pela Lei n. 5.540/1968, que regulamentou a Reforma. A metodologia envolve a análise documental da reportagem e da legislação pertinente. Os resultados indicam que Jarbas Passarinho desempenhou um papel crucial na implementação da Reforma Universitária, caracterizado por uma abordagem estratégica e carismática para manter um diálogo com a comunidade acadêmica e o governo. A Reforma trouxe racionalização administrativa e pedagógica, ampliou vagas, mas também enfrentou críticas significativas dos estudantes e professores, especialmente sobre o ensino pago. Conclui-se que a Reforma Universitária de 1968 foi um marco importante na modernização do ensino superior brasileiro, apesar das controvérsias, e a atuação do Ministro Passarinho foi fundamental para a sua implementação, refletindo a política educacional do regime militar e seus esforços para atender às demandas de desenvolvimento econômico bem como o controle político.

**Palavras-chave:** Reforma Universitária; Educação Superior; Ditadura Militar; Jarbas Passarinho; Política Educacional.

## 1. Notas introdutórias

O período ditatorial trouxe intensas mudanças no sistema educacional brasileiro superior, promovendo, por meio da Reforma Universitária de 1968, alterações um tanto perceptíveis nos meios universitários as quais foram impulsionadas, em alguma medida, pelo ideal modernizador e autoritário-conservador que se perpetuariam no ideal econômico do regime militar brasileiro. Diante disso, parte-se do pressuposto de Martins (2009), o qual defende que “a

Reforma de 1968 visou fundamentalmente a modernização e expansão das instituições públicas, destacadamente das universidades federais”(p.16), e que ocasionaria a instauração de inúmeras faculdades da rede privada, a fim de dar conta da grande demanda de estudantes que almejavam ingressar no ensino superior, e que “trata-se de outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional” (MARTINS, 2009, p. 17).

Nesse contexto, em outubro do ano de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici assume a presidência do Brasil, em que permaneceria entre os anos de 1969 à 1974. Esse período é considerado o mais repressivo e autoritário da ditadura militar brasileira, em virtude principalmente do Ato Institucional nº5, decretado em 1968, e suas atribuições legais postas à população da época como a cassação e violação dos direitos humanos. O então presidente Médici, em novembro de 1969, convidou Jarbas Passarinho a ocupar o cargo de Ministro da Educação. Passarinho ficaria responsável por implementar, em 1970, a Reforma da Universidade, e por complementar a Reforma da Educação Básica, prevista pela Lei nº5.692, promulgada em agosto de 1971 (FGV-CPDOC, s/d).

Esse artigo objetiva analisar algumas das ações de Jarbas Passarinho em seu cargo de Ministro da Educação (1969-1974), priorizando entender suas ações no que tange a implementação da Reforma Universitária a partir do ano de 1970. Para isso utilizou-se como fonte, a reportagem intitulada: “A Calmaria das Universidades: Passarinho assume em época de calmaria, mas uma tempestade pode estar se formando”<sup>1</sup>, a qual foi publicada na Revista Veja, em novembro de 1969. Na reportagem procurou-se analisar, principalmente, a formulação de um dado discurso acerca de Jarbas Passarinho o qual, naquele contexto, tomava posse da chefia do Ministério da Educação do país. Além disso, por meio da reportagem foi possível perceber a narrativa discursiva da Revista Veja sobre a percepção dos estudantes e professores acerca da realidade universitária da época e da recente reforma universitária, que estava sendo implementada naquele contexto. Ademais, a

---

<sup>1</sup>Segundo consta na referida reportagem, cinco repórteres da Revista Veja percorreram por oito universidades de sete Estados brasileiros diferentes, realizando uma pesquisa rápida com um total de 250 (duzentos e cinquenta) estudantes. Na pesquisa buscou-se perceber e apreender o que os estudantes da época achavam sobre os problemas do ensino superior no Brasil, e o que pensavam sobre a Reforma Universitária. Além disso, na reportagem, foi apresentado algumas percepções de professores universitários e reitores sobre a situação que permeava as mudanças propostas pela Reforma Universitária; e, como complemento de tais pesquisas, foi anexado uma entrevista com o então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho - a reportagem, na íntegra, foi anexada ao final do artigo.

fim de compreender mais precisamente como se configurou a Reforma Universitária de 1968, recorreu-se a análise da Lei n.5.540/1968.

Defende-se, como hipótese heurística, partindo dos preceitos postulados por Motta (2014), que o Ministro da Educação Jarbas Passarinho e suas atuações em seu mandato foram essenciais para a implementação e funcionamento da Reforma Universitária, promulgada em 1968; e que Passarinho possuía um ideal carismático e mesmo estratégico de manter dado diálogo relacional entre os estudantes universitários e o governo do país, a fim de estabelecer um ambiente que pudesse ser favorável às suas atuações enquanto ministro da educação.

## **2. Ministro da Educação: Jarbas Passarinho**

Jarbas Gonçalves Passarinho, nasceu em Xapuri (AC) no dia 11 de janeiro de 1920, foi uma figura emblemática dos anos 60 e teria, a partir da sua formação, herdado

o anticomunismo que contaminou os militares brasileiros após 1935 e se acentuou a partir de 1947, com o advento da “Guerra Fria”. A sua posição ideológica o levou à conspiração contra a legalidade constitucional instituída pela Carta de 1946 e, como golpista de 1964, confessa que “tinha horror ao marxismo e à ação dos sindicatos” (BITTAR, et. al, 2006, p. 4).

No que tange sua carreira política, Passarinho governou o Pará entre 1964 a 1965, e foi senador do referido Estado por três mandatos (1967-1974; 1975-1982; e 1987-1995). Ademais, foi ministro do Trabalho e Previdência Social no governo de Arthur da Costa e Silva (1967- 1969); Ministro da Educação no governo de Garrastazu Médici (1969-1974); Ministro da Previdência Social, no governo de João Batista Figueiredo (1979-1985); e da Justiça, ao longo do mandato de Fernando Collor de Mello (1990-1992).

No presente estudo, ocuparemos por traçar alguns aspectos de Jarbas Passarinho enquanto Ministro da Educação ao longo dos anos de 1969 à 1974, focando em sua atuação no que se refere a Reforma Universitária. Como foi citado, Passarinho assumiu o cargo de Ministro da Educação em 1969, após ser convocado pelo então presidente da República, o general Médici, e ao longo de seu mandato, como aponta Motta (2014):

O MEC ganhou novo prestígio e capacidade de liderança, o que influenciou o ritmo da reforma universitária. Na montagem da equipe ele cercou-se de assessores competentes, como o professor Newton Sucupira, prestigiado membro do Conselho Federal de Educação e militante pelas reformas.

Sucupira ocupou o comando do DAU/MEC, organizado a partir da antiga Diretoria de Ensino Superior, com a missão principal de fomentar as mudanças. Para o recém-criado DAU foram levados vários professores universitários jovens e talentosos, alguns dos quais com passado político comprometedor e que viriam a ter problemas com os órgãos de repressão. Para a secretária-geral foi convidado o primeiro líder do Projeto Rondon, o tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues. Quando ele saiu para ocupar o posto de secretário de Educação do Rio Grande do Sul, foi sucedido no cargo pelo coronel Confúcio Pamplona, considerado também hábil e dinâmico (p. 163)

Portanto, observa-se que foi o ministro Passarinho quem de fato implementou, a partir de 1970, a Reforma Universitária promulgada em 1968, complementando ainda com a Reforma do Ensino Básico prevista pela Lei nº 5.692 (FGV-CPDOC, s/d). Conforme Motta (2014), o interesse de Passarinho perpassava, sobretudo, pelo ideal de modernizar as instituições de ensino do país, objetivando o êxito dos planos de desenvolvimento postos pelo regime ditatorial. Sabe-se que nesse momento: “os investimentos estatais incluíram o setor de ciência e tecnologia, devido à compreensão de que o desenvolvimento econômico implicava o conhecimento, a pesquisa e a formação de mão de obra qualificada” (MOTTA, 2021, p.233).

### **3. Implementação e repercussão da Reforma Universitária de 1968**

A Reforma Universitária de 1968, foi promulgada por meio da Lei n.5.540/1968, mas, só seria implementada e executada efetivamente a partir de 1970 por meio da atuação do então Ministro da Educação Jarbas Passarinho. Para compreender o contexto e o que teria impulsionado a reforma no ensino superior, é preciso destacar que as políticas educacionais da Ditadura Militar estavam diretamente ligadas a um

projeto de nação defendido por aqueles que desferiram o golpe que destituiu o presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Emanada da concepção de “Brasil potência”, tal política tinha como pressupostos básicos: a) a necessidade de um “mínimo de cultura para todos”, que poderia ser obtida por meio do combate ao analfabetismo, pois no contexto de uma sociedade que se urbanizava, era preciso possibilitar às amplas camadas do povo brasileiro os meios para viverem no mundo letrado, daí a criação do Mobral; b) a reforma da universidade brasileira a fim de depurá-la de “influências ideológicas negativas” e adequá-la ao modelo de desenvolvimento econômico preconizado pelo regime militar (Reforma de 1968); c) e, finalmente, a ampliação da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos por meio da junção dos antigos graus primário e ginasial, originando o ensino de primeiro grau e criando o segundo grau de caráter profissionalizante (Reforma 5692, de 1971). (BITTAR et.al.,2006, p. 04)

Além desses aspectos pautados no desenvolvimentismo econômico militar, o cenário conturbado após 1964, que se intensificaria ainda mais a partir de 1968, também pode ser considerado como importante fator para a implementação de uma Reforma Universitária, que buscava “acalmar” o corpo estudantil e docente da época.

Após o Golpe Militar de 1964, estudantes e professores universitários permaneciam insatisfeitos com a estrutura universitária existente, apontando aspectos como: falhas nos currículos existentes, e a incapacidade do ensino público de absorver os alunos aprovados nos vestibulares, caracterizando, como Motta (2014) postula, o "fenômeno dos excedentes", que era, naquele momento, a causa de constantes tensões sociais, pois os alunos eram aprovados no vestibular, mas não podiam estudar devido à falta de vagas.

Diante dessa situação um tanto conturbada,

o governo militar se sentiu pressionado a formular uma política para a reestruturação do ensino superior(...) a política educacional do regime autoritário seria confiada a um pequeno grupo designado pelo poder central. O governo encomendou determinados estudos com o objetivo de propor medidas para o ensino superior, entre os quais se destacam o documento elaborado pelo professor norte-americano Rudolph Atcon; o Relatório Meira Mattos, que o abordou como uma questão de “segurança nacional”, e o Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior, cuja comissão foi integrada por professores norte-americanos e brasileiros (Atcon, 1966; Relatório Meira Mattos, 1968; Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, 1969)(MARTINS, 2009, p. 19).

Assim, a partir disso, seria promulgada em 1968 a Lei n.5.540/1968, que determinaria a Reforma Universitária. A Reforma consistia em uma racionalização administrativo pedagógica do ensino superior, através do estabelecimento de um dado regime de créditos e organização das matérias em departamentos. Para esse fim, foi definido um ciclo básico com matérias iguais para todos os alunos, pertencentes a diferentes cursos de uma mesma faculdade, além de inúmeras matérias eletivas, as quais seriam exigidas no programa de cada curso específico; as matérias eletivas passaram a serem ofertadas em departamentos específicos (FGV-CPDOC, s/d). Além disso, a reforma visou a ampliação das vagas para conter as tensões que abarcavam o "fenômeno dos excedentes" (MOTTA, 2014), e acabou também sendo propiciadora do aumento das faculdades particulares, a fim de dar conta da crescente demanda de estudantes. Como nos aponta, Antunes et. al. (2002):

Essa reforma trouxe grandes avanços, mas também grandes consequências, pois diversos professores foram compulsoriamente aposentados, reitores foram demitidos, o controle policial foi estendido ao currículo e aos programas das disciplinas. De outro lado permitiu uma maior ampliação do acesso ao curso superior, vários recursos foram ampliados, o desenvolvimento de programas de pós-graduação e outros. (ANTUNES et. al, 2002, p.3)

A reportagem da Revista Veja, selecionada para a análise, traz questões um tanto pertinentes para pensarmos sobre a implantação e algumas percepções de estudantes e professores a respeito da Reforma Universitária e do ensino superior no país naquele momento. A reportagem foi publicada em novembro de 1969, que coincide justamente com o período em que Passarinho assumiu o cargo de Ministro da Educação, e diante disso, traz alguns aspectos que marcaram sua posse. Uma das primeiras ações de Passarinho como Ministro foi mandar uma carta a um estudante universitário, no caso seu filho Jarbas Junior, pedindo conselhos para o seu novo cargo.

Jarbas Júnior em resposta à carta, diz que Passarinho será um bom Ministro, cita aspectos sobre o Projeto Rondon que estava em andamento e o problema dos excedentes que assolavam o país naquele momento e, ao final, dá algumas dicas para o novo Ministro. Podemos caracterizar essa ação do então novo Ministro da Educação um tanto simbólica, sendo parte de uma estratégia que permaneceria ao longo de seu mandato, isto é, a manutenção de uma relação de apoio entre os estudantes e os governadores. Sobre isso, como aponta Motta (2014, p. 220): “Passarinho defendeu estratégia que encontrou muitos seguidores entre a elite administrativa e política”, o que seria, sem dúvidas, crucial para o êxito das atuações do então Ministro da Educação.

Sobre essa “estratégia” de Jarbas na relação com os alunos e com o governo, na entrevista dada para a Revista Veja, o então Ministro afirma que:

O estudante deve participar, inclusive fora da universidade e politicamente, mas nos seus campos devidos. O presidente Castelo Branco dizia isso e me pareceu um pensamento muito lúcido. Politicamente, o estudante se afirma dentro dos partidos. Eu não posso querer que um estudante não tenha consciência política. Ele tem sua consciência política, mas tem o partido político para isso (...) eu quero defender o direito de o professor não ser o repetidor das crenças do Governo, mas não dou ao professor o direito de ser o repetidor das crenças contra. (VEJA, 1969, p.61)

Em contrapartida a noção de otimismo para o novo Ministro da Educação defendida por Jarbas Júnior, em uma pesquisa rápida com estudantes a reportagem

mostra que um número considerável não encarava a posse de Jarbas Passarinho com bons olhos, e outros 4% dos estudantes pesquisados achavam que Passarinho deveria ser demitido do cargo e dar lugar a um educador. Segundo a Revista Veja:

Exprimindo-se com velhas palavras de ordem (“contra o ensino pago”, “contra o MEC-USAID”) ou com algumas novas (“eleições livres para os diretórios acadêmicos”, “fim das aposentadorias”) a maioria dos entrevistados não acredita no êxito de Passarinho (alguns dizem que ele deveria “renunciar e dar lugar a um professor”). Mais que isso, todos se consideram hostilizados pelo Governo (VEJA, 1969, p.59)

Apesar disso, parte dos alunos pesquisados chegaram a concordar com alguns aspectos colocados por Jarbas Júnior em sua carta à Passarinho:

A maioria dos estudantes é como o filho de Passarinho, contra a demissão de professores, pela liberdade total de associação e acredita que a universidade deve ser transformada em instrumento de desenvolvimento nacional (“educação é investimento”, dizem, repetindo palavras do novo ministro). Um grupo não desprezível afirma categoricamente que o atual Governo nunca tomará essa decisão.(VEJA, 1969, p.60)

Os estudantes, apontam ainda certa satisfação com o Projeto Rondon defendendo sua permanência, haja vista que acreditavam que o projeto “foi exatamente uma iniciativa governamental, das mais generosas” (VEJA, 1969, p.60), de modo que “nenhuma entidade estudantil se opôs oficialmente ao Projeto” (VEJA, 1969, p.60). Ainda sobre a Operação Rondon:

Alguns [estudantes] mais extremados chegam a dizer que a intenção do Governo anterior ao criar o Projeto Rondon foi desviar o estudante das preocupações com a política. Outros dizem que o desinteresse estudantil pela política foi provocado pela eliminação das antigas lideranças (muito treinadas em técnicas de liderança), ligadas a esquemas ultrapassados pelo próprio desenvolvimento da situação do País.” (VEJA, 1969, p.60)

Sobre a Reforma Universitária, a partir da pesquisa que a Revista Veja realizou com os estudantes, mostra-se que 61% dos estudantes viam reforma universitária como “Ruim”; outros 25% colocavam-na como “desconhecida”; 11 % como “regular”, e somente 3% como “boa”. A reportagem mostra ainda, como a Reforma foi mal recebida entre estudantes, e parte dos professores universitários:

Transformada em lei este ano, a reforma começou a ser implantada timidamente, esbarrando às vezes na própria autonomia das universidades. Se ainda como projeto, a reforma já era criticada, depois que se transformou em lei as críticas foram aumentando na medida em que a teoria enfrentava a prática, e não cessam até hoje. (VEJA, 1969, p.64)

E segundo a reportagem nos mostra:

Estudantes da Universidade de Brasília, por exemplo, definem a reforma como um método de “ensinar para fornecer mão de obra à indústria”. Esses

estudantes demonstram uma preocupação pelo que tangem tal reforma e suas consequências, que segundo eles levaram a Universidade, a curto prazo, com a reforma o meio universitário se transformará “numa instituição ainda mais velha do que a de antes da reforma”. (VEJA, 1969, p.64)

Mas em contrapartida, como a reportagem aponta, o Governo justifica a Reforma como forma de adequar o ensino à estrutura industrial do país, justificando que “é necessário tornar o ensino mais adequado à atual estrutura industrial do país” (VEJA, 1969, p. 64), ideal que se pauta no projeto do desenvolvimentismo econômico do regime militar brasileiro.

Ademais, cabe ressaltar que, como a reportagem apresenta a maior divergência dos estudantes para com a Reforma Universitária, está

na solução encontrada para aumentar as verbas universitárias: o ensino pago. Os estudantes, apesar de na sua maioria serem de famílias com recursos, sustentaram que o pagamento de taxas será mais uma barreira à entrada de candidatos pobres na universidade. E denunciaram a instituição de bolsas de estudo para esses mesmos estudantes pobres como uma forma de ‘vender peixe’ sem encontrar muita resistência. (VEJA, 1969, p.64, grifos nossos).

Sobre isso, na entrevista da Revista Veja com Jarbas Passarinho, o ministro argumenta que:

Eu admito o ensino superior gratuito para aquele que não possa pagar[...] acredito que uma fórmula interessante seria fazer com que o aluno do ensino gratuito da universidade pagasse uma bolsa no futuro, depois que se formasse e decorrido um prazo de carência. Admito que seja esse o caminho que mais me fascina dentro dessas ideias, mas sem compromisso de decisão ainda.(VEJA, 1969, p.60)

O que demonstra mais uma vez, em alguma medida, uma tentativa estratégica de Passarinho para remediar a situação, ao demonstrar uma dada solução e uma incerteza a respeito da implantação ou não do ensino pago. Contudo, apesar dessas divergências quanto a implantação da Reforma, a reportagem mostra que:

“(...) lentamente, vencendo também a resistência dos velhos catedráticos, a reforma vai sendo implementada. Os próprios estudantes, apesar de suas críticas, parecem cansados já de combatê-la, ou preocupados com outros problemas. Os professores reconhecem algumas de suas vantagens (o tempo integral, que lhes permite ganhar 2000 cruzeiros novos e não 800), mas não acham que ele trará a solução para o que eles chamam de “crise na universidade”, “O mais grave”, diz um professor da Universidade de São Paulo, é a própria sobrevivência da universidade, com liberdade para ser Universidade, com liberdade para ser Universidade. (VEJA, 1969, p.64, grifos nossos).

#### 4. Considerações Finais

Portanto, como buscou-se apresentar, a Reforma Universitária, pautada pela Lei n.5.540/1968, teve sua implementação efetivada graças às atuações do então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Além disso, pode-se perceber também, por meio da análise das atuações de Passarinho e da reportagem da Revista Veja, que o referido Ministro da Educação possuía um caráter um tanto carismático e mesmo estratégico de manter um diálogo relacional entre os estudantes universitários e o governo do país o que, conforme aponta Motta (2014), a manutenção desse apoio mútuo foi essencial para o êxito das atuações de Passarinho para o ensino no país, em especial no caso da Reforma Universitária. Logo, como nos mostra Motta (2014, p.196): “Passarinho representava uma síntese da política universitária do regime militar”, assim defende-se a noção de que não dá para compreender a Reforma Universitária, sem entender e apreender as atuações do Ministro da Educação da época, Jarbas Passarinho.

#### 5. Referências

##### Fontes

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.**

Disponível

em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 de jun. de 2024.

VEJA. **A Calmaria das Universidades:** Passarinho assume em época de calmaria, mas uma tempestade pode estar se formando. Edição: novembro de 1969.

##### Bibliografia

ANTUNES, I. C. B; SILVA, R. O. da; BANDEIRA, T. da S. A Reforma Universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior. —Departamento de História, UFRN. 2002. Disponível em:

<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 29 de maio 2024.

BITTAR, M.; JUNIOR A. F. Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrática e Ditadura Militar. **Revista História** (online): Campinas, n.23, p. 3 –25, set. 2006.

FGV-CPDOC. **Jarbas Gonçalves Passarinho**. Verbete. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho>. Acesso em 03 jun. 2024.

MARTINS, C. B. A reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan/abr. 2009.

MOTTA, R. P. S. Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar. São Paulo: Zahar. 2021.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

VIDAL, L. F.; KLEIN, H. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.